

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA REC

FATORES MOTIVACIONAIS QUE IMPULSIONAM OS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) A CONTINUAREM SUA TRAJETÓRIA ESCOLAR: UMA ANÁLISE CRÍTICA A PARTIR DE UMA REVISÃO DA LITERATURA

DOI: 10.5281/zenodo.14948016

Lucimar Fernandes Linhares¹

Hilma Bezerra Rodrigues Silva²

Noel Fernandes da Silva³

RESUMO: A Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem como finalidade garantir o direito à educação para aqueles que, em algum momento, foram privados desse direito. Apesar dos avanços em políticas públicas, a desigualdade e a escassez de oportunidades ainda são barreiras significativas, dificultando o acesso a uma educação de qualidade. Dito isso, o artigo objetiva analisar os fatores motivacionais que impulsionaram os estudantes da EJA a persistirem em sua trajetória escolar. Muitos estudantes da EJA, incluindo jovens, adultos e idosos, veem-na mais como uma possibilidade de certificação do que como uma oportunidade de aprendizado, o que evidencia a necessidade de uma formação que promova seu desenvolvimento pessoal e profissional. Este estudo se justifica pela discussão sobre as dificuldades enfrentadas por esses estudantes, que muitas vezes se sentem desmotivados a continuar seus estudos devido a diversos obstáculos. Realizada por meio de uma revisão de literatura, a pesquisa buscou identificar os fatores que incentivam a persistência dos alunos na EJA, explorando os desafios e as motivações que impactam o processo educacional. A metodologia qualitativa utilizou fontes como o Google Acadêmico, com base nos trabalhos de autores como Arroyo (2006, 2012), Di Pierro (2017, 2001), Freire (1996), Ireland (2009), Machado (2009) e Saviani (2000). Os resultados mostraram que os principais motivos para o retorno à EJA estão relacionados à busca por melhores oportunidades de emprego, à necessidade de uma educação contínua e ao desejo de um futuro melhor para si e suas famílias.

Palavras-chave: Educação para Jovens e Adultos; desenvolvimento educacional; estímulo à aprendizagem.

¹ Professora efetiva da rede estadual de ensino da Paraíba. Graduada em Geografia pela Universidade Estadual da Paraíba- UEPB/ Graduada em Pedagogia pelo Centro de Ensino Superior Múltiplo- CESM/Pós Graduada em Supervisão e Orientação Educacional pelo Cintep - Centro Integrado de Tecnologia e Pesquisa/ Pós Graduada em Psicopedagogia Clínica, Institucional e Hospitalar pela Faculdade de Administração, Ciências e Letras- FACEL/Mestra em Ciências da Educação pela World University Ecumenical e doutora em Ciências da Educação pela Universidad Martin Lutero -UML. E-mail: anamariafariasribeiro@ gmail.com

² Professora efetiva da rede municipal de ensino do Rio Grande do Norte. Graduada em Pedagogia pela Universidade Vale do Acaraú - UVA CE/ Pós-graduada em Psicopedagogia Institucional e Clínica/ Pós -graduada em Políticas Públicas Educacionais FAS/CN/Mestra em Ciências da Educação pela World University Ecumenical e doutora em Ciências da Educação pela Universidad Martin Lutero -UML.: email: rodrigueshilma19@gmail.com

³ Gestora pedagógica e supervisora escolar na rede municipal de Curral de Cima. Graduada em pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), especialista em Psicopedagogia Clínica, Institucional e Hospitalar pela Faculdade de Administração, Ciências, Educação e Letras Facel, mestra em Ciências da Educação pela Universidade Martin Lutero. E-mail:vandilzadias1103@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A EJA é uma modalidade que visa oferecer acesso à educação para aqueles que, em algum momento de suas vidas, enfrentaram a negação ou a dificuldade de acesso à formação escolar. Apesar dos avanços nas políticas públicas e do reconhecimento da EJA como um direito fundamental no Brasil, a persistente desigualdade social e a falta de oportunidades continuam a representar grandes desafios. Isso torna a plena concretização desse direito um objetivo ainda distante para muitos estudantes dessa modalidade.

No Brasil, o direito constitucional à educação é garantido a todos os cidadãos, e muitos jovens, adultos e idosos recorrem aos cursos presenciais de EJA para exercer esse direito. Contudo, existe uma percepção equivocada entre alguns desses estudantes de que a modalidade se destina apenas à obtenção de certificação, sem considerar a importância fundamental do aprendizado. Nesse contexto, a formação escolar oferecida precisa ir além da certificação, promovendo, igualmente, o desenvolvimento pessoal e profissional dos estudantes.

A escolha deste tema se justifica pela relevância de compreender as complexidades que envolvem a implementação da EJA, especialmente em um cenário onde há desmotivação e descrédito tanto por parte da sociedade quanto de muitos estudantes, que enfrentam diversos fatores dificultadores em sua trajetória educacional. Muitos alunos da EJA são trabalhadores que, por diferentes razões, não tiveram acesso ao ensino formal na idade regular, o que torna a EJA uma ferramenta essencial para a promoção da inclusão social, combate à desigualdade e fortalecimento da cidadania.

Perfilhou-se como objetivo geral analisar os fatores motivacionais que impulsionam os estudantes da EJA a persistirem em sua trajetória escolar, por meio de uma revisão crítica da literatura existente sobre o tema. Os objetivos específicos deste estudo são: identificar os principais fatores internos e externos que influenciam a motivação dos estudantes da EJA a prosseguir com seus estudos; analisar o uma trajetória de desafios e conquistas dos estudantes dessa modalidade de ensino; e examinar as abordagens pedagógicas e as estratégias educacionais que podem favorecer a continuidade e o engajamento dos estudantes na EJA.

Como resultados provenientes de uma análise bibliográfica, destacamos que os estudantes da EJA trazem uma carga de desmotivação por diferentes fatores, por isso precisam de estímulos para continuar suas trajetórias de estudo para que se sintam motivados e permaneçam na escola, superando os desafios que enfrentam em sua trajetória educacional.

O artigo está organizado da seguinte forma: a introdução, depois trata da EJA no Brasil, evidenciando os desafios e as conquistas ao longo do tempo; além disso, abordou o contexto das desigualdades sociais na referida modalidade de ensino. Também foi abordado sobre a EJA nos últimos anos: uma análise do contexto na perspectiva dos direitos e, por fim, as considerações finais.

2 A EJA NO BRASIL: DESAFIOS E CONQUISTAS AO LONGO DA TRAJETÓRIA

A EJA no Brasil tem uma trajetória marcada por desafios e conquistas, refletindo a luta por inclusão e equidade educacional. Desde sua formalização nas décadas de 1980 e 1990, a modalidade busca atender a pessoas que não tiveram acesso ou completaram sua educação básica na idade apropriada.

A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996 foram marcos fundamentais que asseguraram o direito à educação para todos, incluindo jovens e adultos, reconhecendo a EJA como uma modalidade legítima de ensino. No entanto, a implementação dessas políticas enfrenta desafios, como a falta de recursos, que impacta a qualidade do ensino, e a necessidade de metodologias flexíveis devido à diversidade de perfis dos estudantes.

Apesar das dificuldades, a EJA conquistou avanços significativos, como o aumento da oferta de cursos e a inclusão de novas tecnologias, além de iniciativas de formação continuada de professores. Essas conquistas têm possibilitado um ensino mais relevante e conectado às realidades dos estudantes.

A trajetória da EJA reflete a busca constante por inclusão e transformação social, mostrando-se um espaço de resistência e esperança, onde muitos cidadãos resgatam sua trajetória educacional e se tornam agentes de mudança em suas comunidades. Entender essa trajetória histórica é essencial para compreender a estrutura atual da EJA, que, ao longo do tempo, enfrentou avanços e retrocessos, estando intimamente ligada à história da educação no Brasil.

A educação de adultos no Brasil tem suas origens no período colonial, com os jesuítas oferecendo instrução aos indígenas, focando na catequese e nas primeiras noções de leitura, música e vocação (Vieira; Farias, 2011). No século XVIII, os jesuítas se dedicaram à educação popular e à disseminação da fé católica, mas sua expulsão resultou em um retrocesso educacional. No início do século XIX, a educação foi voltada principalmente à

elite, com cursos particulares para filhos de colonos portugueses, mantendo o acesso restrito ao conhecimento.

No período imperial, surgiram escolas noturnas e iniciativas para educar adultos, com o intuito de qualificar a mão de obra e impulsionar o crescimento econômico. Em 1824, a Constituição Imperial tentou garantir o ensino primário para todos, mas as dificuldades em incluir grupos marginalizados impediram a efetivação desse direito. A Constituição de 1834 foi um marco importante ao atribuir responsabilidade às províncias pela educação, mas a discriminação e o preconceito ainda eram predominantes. No século XX, movimentos para combater o analfabetismo ganharam força, como a criação da Liga Brasileira de Alfabetização em 1915 (Strelhow, 2010), com ênfase na alfabetização adulta e no fortalecimento das instituições republicanas (Vieira; Farias, 2011).

Na década de 1920, mudanças econômicas e políticas ajudaram a consolidar o sistema público de ensino primário, e a Constituição de 1934 instituiu o primeiro Plano Nacional de Educação (PNE), com foco na educação de adultos. Com isso, a educação de adultos não alfabetizados passou a receber atenção especial. Nos anos 1940, a EJA ganhou maior relevância, com políticas públicas e a criação da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP) em 1944. A Campanha de Educação de Jovens e Adultos (CEAA), iniciada em 1947, teve como objetivo enfrentar o analfabetismo e promover a educação contínua (Vieira; Farias, 2011).

Essas iniciativas foram essenciais para transformar a EJA em uma questão nacional, reconhecendo a importância da inclusão educacional. A década de 1940 também foi marcada pela valorização de uma abordagem educacional que respeitasse as especificidades dos adultos, focando não apenas na alfabetização, mas na formação integral, ampliando suas oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional. Movimentos sociais externos também pressionaram o governo para a implementação de cursos voltados à alfabetização de adultos, com foco na democratização da educação, especialmente nas áreas rurais.

A CEAA não se limitava à alfabetização, mas também buscava preparar os indivíduos para uma participação ativa na vida política e econômica do país, inserindo-os no processo democrático e facilitando sua inclusão no mercado de trabalho rural. Essa campanha visava integrar a educação ao projeto de modernização do Brasil, ampliando o acesso ao ensino básico para jovens e adultos excluídos historicamente do sistema educacional. A educação era vista como uma força propulsora para o desenvolvimento do país, especialmente em um momento de consolidação democrática e busca por maior igualdade de oportunidades (Vieira; Farias, 2011).

A partir dos anos de 1940, a educação de adultos passou a ser tratada como um tema independente e uma política educacional nacional, evidenciada pela criação do Fundo Nacional de Ensino Primário (FNEP) em 1942, da CEAA em 1947, da Campanha de Educação Rural (CNER) em 1952 e da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA) em 1958. A CEAA, que funcionou entre 1947 e 1963, foi regulamentada pelo FNEP, o qual garantiu amplos recursos para a educação de adolescentes e adultos, além de fornecer apoio financeiro aos Estados para expandir o ensino elementar (Xavier, 2019).

Durante esse período, as ideias de Paulo Freire ganharam destaque, trazendo à tona as questões sociais ligadas ao analfabetismo e defendendo uma abordagem educacional que considerasse a realidade dos alunos. Freire propôs uma pedagogia dialógica, baseada na ideia de que o ensino deveria ser desenvolvido "com" o ser humano, e não "para" ele, rompendo com o modelo tradicional de ensino. Sua metodologia reconheceu os analfabetos como sujeitos históricos, dotados de saberes populares e capazes de transformar sua própria realidade (Xavier, 2019).

A abordagem de Freire foi inovadora, utilizando espaços como associações de bairro, igrejas e entidades esportivas para disseminar esse novo modelo educacional, mais próximo da vida cotidiana dos participantes. Nos anos 1950 e 1960, a educação de adultos se tornou um tema relevante no campo educacional, impulsionada pelos ideais de transformação social. A CNEA de 1950 representou um marco importante, abrindo novas discussões sobre a EJA. No entanto, em 1963, a campanha foi encerrada, e com o golpe militar de 1964, os movimentos de alfabetização que promoviam a cultura popular foram reprimidos, substituindo a abordagem de Freire por um modelo mais tecnicista e voltado para o controle social.

A EJA no Brasil tem atravessado uma trajetória complexa, repleta de desafios e conquistas que refletem as transformações políticas, sociais e econômicas do país. Um dos aspectos fundamentais dessa trajetória é a influência das políticas internacionais na formação das diretrizes educacionais, especialmente após a década de 1990, quando a atuação dos Organismos Internacionais (OI) se intensificou. Instituições como o Banco Mundial (BM), a OCDE, o UNICEF e a UNESCO passaram a desempenhar um papel central na formulação de políticas educacionais, alinhando-as a um projeto neoliberal global que reflete uma visão de educação como um setor econômico voltado para a formação de mão de obra flexível e adaptada às exigências do mercado.

Neste contexto, a Agenda 2030 para a EJA e o Plano Nacional de Educação (PNE) para o período de 2014-2024 apresentam convergências em seus objetivos, ambos orientados

pela lógica do neoliberalismo. A Agenda 2030, embora tenha sido elaborada após o PNE, compartilha com este as metas que reforçam a ideia de uma educação voltada para a produtividade e para a adequação dos indivíduos às necessidades do mercado de trabalho. Essa perspectiva redefine o papel do Estado na educação, enfatizando a eficiência econômica e a capacitação para uma economia globalizada.

A influência dos OI no Brasil, especialmente durante e após o regime militar (1964-1985), consolidou-se com a justificativa de modernizar as estruturas do país e melhorar sua inserção no cenário internacional. A partir desse período, reformas educacionais passaram a seguir diretrizes globais, muitas vezes importadas de centros de poder hegemônicos, não levando em consideração as especificidades que são tão importantes para essa modalidade de ensino, a EJA deve partir do princípio da equidade.

Essas reformas focaram na implementação de padrões internacionais de educação e no aumento da eficiência do sistema, alinhando-o aos modelos econômicos globalizados e refletindo a Agenda Globalmente Estruturada para a Educação (AGEE). A ideia de melhorar os resultados educacionais para atender às exigências do mercado internacional tornou-se um dos principais eixos das políticas educacionais, afetando diretamente a educação básica e, em especial, a EJA, reverberando nos direitos educacionais destes estudantes (Carvalho e Souza, 2017). Portanto, sua trajetória no Brasil reflete tanto as conquistas no campo da inclusão educacional como os desafios impostos pela influência de agendas internacionais que buscam adaptar a educação às necessidades econômicas globais, muitas vezes em detrimento de uma formação mais crítica e transformadora.

2.1. 1 A EJA no contexto das desigualdades sociais

A EJA deve ser compreendida dentro do contexto de uma sociedade marcada por profundas desigualdades sociais, onde o acesso a direitos fundamentais, como a educação, é frequentemente negado a grandes parcelas da população. Essa modalidade de ensino, voltada especialmente para indivíduos que não tiveram a oportunidade de concluir a educação básica na idade apropriada, surge como uma resposta à exclusão educacional, promovendo igualdade de oportunidades e oferecendo uma chance de reintegração social e educacional a uma parcela significativa da sociedade. A EJA, nesse sentido, torna-se uma ferramenta de grande relevância para enfrentar as desigualdades, possibilitando que adultos e jovens possam retomar seus estudos, melhorar sua qualificação e, conseqüentemente, ampliar suas oportunidades no mercado de trabalho e na vida social (Machado (2009)).

Desde a promulgação da Lei 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, a política voltada para a EJA foi formalizada com o objetivo de promover ações concretas que enfrentem uma das formas mais graves de exclusão social, que é a falta de acesso e permanência na educação. Essa legislação, ao reconhecer a EJA como uma modalidade legítima e fundamental, reforçou o compromisso do Estado com a educação como direito universal, abrindo espaço para a inclusão de jovens e adultos fora da escola no sistema educacional formal. No entanto, apesar de avanços legais e políticas públicas voltadas à EJA, os desafios relacionados à efetiva implementação e ao atendimento de qualidade persistem, especialmente diante das desigualdades econômicas, sociais e culturais que ainda marcam o país Machado (2009).

A EJA não deve ser vista apenas como uma resposta à falha do sistema educacional regular, mas também como uma estratégia de transformação social, em que a educação se torna um instrumento para a construção de cidadania plena, autonomia e inserção no mundo do trabalho, permitindo aos indivíduos superar as barreiras impostas pela exclusão educacional.

Segundo Saviani (2000), ao desempenhar corretamente essa função, a escola de EJA realiza uma contribuição política significativa, ao garantir o acesso ao conhecimento e transformar positivamente a vida dos alunos. No entanto, em diversos casos, essa instituição nem sempre consegue atender plenamente às necessidades de todos os estudantes, impactando de maneira mais eficaz a vida de alguns.

Nesse contexto, Arroyo (2006) enfatiza que os conteúdos da EJA devem ser contextualizados, respeitando a diversidade de trajetórias e experiências dos alunos, o que torna a educação mais inclusiva e significativa. Assim, a EJA desempenha seu papel de reintegração educacional e social, proporcionando aos estudantes a conquista de maior autonomia e ampliando suas perspectivas de futuro, tanto no âmbito pessoal quanto profissional, contribuindo, dessa forma, para diminuir a desigualdade educacional e social.

Segundo Carvalho e Souza (2017), muitos estudantes da EJA vêm de contextos de vulnerabilidade e, por falta de informação, não têm pleno conhecimento dos direitos garantidos pela Constituição e pela legislação educacional, o que pode prejudicar sua inserção social e profissional. Quando os estudantes da EJA entendem seus direitos, como o direito à educação pública gratuita, eles se tornam mais capacitados para continuar com seus estudos, prosseguindo na caminhada acadêmica.

2.2 A EJA NOS ÚLTIMOS ANOS: UMA ANÁLISE DO CONTEXTO NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS

De acordo com Souza Filho, Cassol e Amorim (2021), a EJA atende a um público específico proveniente de diferentes segmentos da sociedade, que busca na escolarização uma oportunidade de melhorar sua qualidade de vida. Esse público, geralmente em uma faixa etária diferenciada, caracteriza-se por ser um coletivo de estudantes que, apesar das adversidades, busca a educação como uma ferramenta de transformação pessoal e social.

Nesse sentido, Di Pierro (2017) enfatiza que, por meio de uma articulação eficaz com outros setores, como o trabalho e a assistência social, a EJA tem sido capaz de atender às necessidades de sua população-alvo, especialmente dos estudantes em situação de vulnerabilidade social. Essa integração contribui para a inclusão desses indivíduos tanto no contexto educacional quanto no profissional, ampliando suas oportunidades e perspectivas de futuro.

Ireland sustenta que: “Embora não seja possível nem desejável hierarquizar os direitos fundamentais, não há dúvida de que o direito à educação cumpre um papel essencial no sentido de operar como um direito-chave que abre o conhecimento de outros direitos” (Ireland, 2009, p. 47). A educação, nesse sentido, não deve ser vista apenas como um meio de transmissão de conteúdos acadêmicos, mas como uma ferramenta de empoderamento social e político.

É importante ressaltar que para garantir o direito à educação, a EJA promove não apenas a inclusão de indivíduos no sistema educacional, mas também oferece um caminho para que esses estudantes possam ter acesso a uma vida mais digna e oportunidades de melhorar sua condição socioeconômica. Além disso, ao proporcionar a possibilidade de conhecimento sobre seus direitos e deveres, a EJA fortalece a participação ativa desses indivíduos na sociedade, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes e críticos.

Observa-se que pelo entendimento do autor citado acima, EJA, como modalidade de ensino, é um mecanismo essencial na promoção de direitos, sendo fundamental para a diminuição das desigualdades sociais. Ela vai além da simples alfabetização, oferecendo a esses alunos uma perspectiva mais ampla de sua inclusão no mundo, no trabalho e nas práticas de convivência social. A partir da educação, os estudantes têm a possibilidade de transformar suas vidas e de atuar de forma mais ativa em suas comunidades e no mercado de trabalho, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa (Ireland, 2009).

A EJA é caracterizada pela diversidade de seus estudantes, que inclui adultos retornando aos estudos, pessoas com deficiência, e indivíduos com diferentes níveis de escolaridade e experiências de vida. Devido a essa heterogeneidade, essa modalidade de ensino exige uma atenção especial e a implementação de estratégias pedagógicas diferenciadas que consideram as diversas condições socioeconômicas e digitais dos alunos. O olhar educacional sobre a EJA enfatiza a necessidade de um ensino que leve em conta essas múltiplas realidades, com o objetivo de garantir o acesso e a permanência dos estudantes, especialmente em contextos de crise, quando a evasão

Em 2023, a criação da Comissão Nacional de Alfabetização e EJA (CNAEJA) representou um avanço significativo. O Ministério da Educação (MEC), ao estabelecer a CNAEJA, definiu a importância de desenvolver políticas públicas específicas para o público da EJA, considerando suas particularidades. Essa comissão tem como missão elaborar estratégias de alfabetização e fomentar políticas educacionais específicas para esse público, um passo importante para enfrentar a complexidade da educação de adultos e garantir seu acesso eficaz ao aprendiz

Além disso, a reestruturação do MEC em 2023 fortaleceu as políticas de EJA, destacando o compromisso do governo em aumentar os investimentos nessa área. Isso incluiu tanto recursos financeiros quanto a ampliação da oferta educacional, com a introdução de bolsas de estudo para estudantes da EJA e a promoção de maior integração com o ensino técnico. O objetivo não é apenas garantir a alfabetização, mas também possibilitar a formação profissional e a continuidade para o ensino superior, ampliando as oportunidades de inclusão social e profissional (BRASIL 2023).

Outra medida importante foi a retomada do Programa Nacional do Livro Didático para a EJA (PNLD-EJA) em 2023, interrompida desde 2013. A distribuição de materiais atualizados se tornou uma prioridade, uma vez que muitas escolas de EJA ainda utilizam livros didáticos antigos, desatualizados e, muitas vezes, inadequados para a realidade dos alunos. (BRASIL 2023). A atualização desse programa visa garantir que os alunos tenham acesso a materiais pedagógicos modernos, alinhados ao processo de aprendizagem contemporâneo, reforçando a qualidade e o direito à educação.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A EJA no Brasil tem enfrentado desafios históricos, como a desigualdade no acesso à educação, a marginalização de populações em situações de vulnerabilidade e a falta de

políticas públicas contínuas e efetivas. Contudo, ao longo das décadas, diversas conquistas foram alcançadas, como o fortalecimento das políticas educacionais para esse público, a ampliação das ofertas de cursos e a inclusão da EJA em planos nacionais de desenvolvimento.

A criação de programas como o PNLD-EJA e a reestruturação das políticas educacionais pelo Ministério da Educação, com foco na diversidade e na integração de tecnologias, demonstram um movimento positivo na busca pela inclusão educacional. Entretanto, ainda persiste a necessidade de aprimorar a formação dos educadores, adaptar os currículos às especificidades dos alunos e garantir a permanência desses estudantes na escola. As conquistas são significativas, mas a jornada da EJA no Brasil continua a exigir esforços para superar as desigualdades e assegurar a todos os cidadãos o direito pleno à educação.

A referida modalidade de ensino está profundamente inserida no contexto das desigualdades sociais que marcam a realidade do país, sendo um reflexo das disparidades no acesso aos direitos básicos, como a educação. Esse segmento educacional atende, em sua grande maioria, a indivíduos que, por diversos motivos, foram excluídos do sistema formal de ensino na idade adequada, muitas vezes devido a condições econômicas precárias, falta de suporte familiar e desafios socioeconômicos.

A EJA, portanto, surge como uma ferramenta fundamental para a redução dessas desigualdades, oferecendo uma oportunidade para que esses indivíduos possam não apenas alcançar a alfabetização, mas também desenvolver competências que ampliem suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho e participação social. No entanto, o desafio persiste, pois, apesar das políticas públicas, ainda são fáceis ações mais medidas para combater a evasão escolar, melhorar a qualidade do ensino oferecido e garantir um ambiente de aprendizagem inclusivo e acessível, que respeite a diversidade dos estudos estudados.

Nos últimos anos, a EJA tem avançado na perspectiva dos direitos, refletindo um compromisso mais claro com a inclusão e a garantia do direito à educação para todos, entretanto ainda enfrenta muitos obstáculos. Uma conquista foi criação de políticas públicas específicas, como a restrição do Programa Nacional do Livro Didático para a EJA e a criação da Comissão Nacional de Alfabetização e EJA, evidencia um esforço para garantir o acesso e a permanência de estudantes na educação, especialmente em um cenário de crise e vulnerabilidade social.

No entanto, o contexto de desigualdades sociais e as limitações de recursos ainda impõem desafios consideráveis, como a necessidade de adaptação dos currículos a diversas realidades e trajetórias dos alunos, além do enfrentamento da evasão escolar. Embora avanços

tenham sido feitos, ainda é necessário fortalecer as políticas educacionais com investimentos contínuos e ações concretas que atendam às especificidades do público-alvo da EJA.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzáles. **Formar educadoras e educadores de Jovens e Adultos**. Soares, Leôncio Formação de educadores de jovens e adultos / organizado por Leôncio Soares. — Belo Horizonte: Autêntica/SECAD-MEC/UNESCO, 2006.

BRASIL. **Lei n. 13.632**, de 6 de março de 2018. Altera o artigo 47 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 2018.

CARVALHO, J. P.; SOUZA, M. L. **Educação e Cidadania: A Importância do Conhecimento dos Direitos pelos Alunos da EJA**, 2017.

DI PIERRO, Maria Clara. **Educação de jovens e adultos: políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Editora Cortez, 2017.

IRELAND, Timothy D. (Org). Vinte anos de Educação para Todos (1990-2009): um balanço da educação de jovens e adultos no cenário internacional. In: *Em Aberto*, Brasília, v. 22, n. 82, p. 43-57, nov. 2009.

MACHADO, Maria Margarida. (Org.). A educação de jovens e adultos no Brasil pós-Lei 9.394/96: a possibilidade de constituir-se como política pública. In: *Em Aberto*, Brasília, v. 22, n. 82, p. 17-39, nov. 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Edital de convocação nº 02/2023 – CGPLI: Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD EJA 2025-2028)** .https://www.gov.br/fnde/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/consultas-editais/editais/pnld-eja-2025-2028/edital_pnld_eja_2025_2028_final_22dez23.pdf .

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política**. 34.ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2000. (Coleção polêmicas do nosso tempo).

STRELHOW, Thyeles Bocarte. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. **Revista HISTEDBR On-Line**, n. 38, p. 49-59, Campinas, jun. 2010.

VIEIRA, Sofia Lerche; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. **Políticas educacionais no Brasil**. Introdução. 3ª ed. Brasília: Liber Livro, 2011.

XAVIER, Cristiane Fernanda. História e historiografia da Educação de Jovens e Adultos no Brasil - inteligibilidades, apagamentos, necessidades, possibilidades. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 19, p. e068, 2019.

